

XIV CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA JUSTIÇA DOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

Dili, 22 e 23 de junho (Junho) de 2015

ATA (ACTA)FINAL

A XIV Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CMJPLOP) teve lugar na cidade de Dili, na República Democrática de Timor-Leste, nos dias 22 e 23 de junho (Junho) de 2015.

Estiveram presentes S. Exa. o Secretário de Estado para os Direitos Humanos, Sr.General António Bento Bembe, em representação do Senhor Ministro da Justiça da República de Angola, S. Exa. o Sr. Dr. Isalino Antonio Giacomet Júnior, em representação do Senhor Ministro da Justiça da República Federativa do Brasil, S. Exa. o Ministro da Justiça da República de Cabo Verde, Sr. Dr. José Carlos Lopes Correia, S. Exa. o Diretor (Director)-Geral dos Serviços Prisionais, Sr. Dr. Mussá Baldé, em representação da Senhora Ministra da Justiça da República da Guiné-Bissau, S. Exa. o Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos da República de Moçambique, Sr. Dr. Abdurremane Lino de Almeida, S. Exa. o Secretário de Estado da Justiça, Sr. Dr. António Costa Moura, em representação da Senhora Ministra da Justiça da República Portuguesa e Presidente da Conferência, S. Exa. o Ministro da Justiça e Direitos Humanos da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Sr. Dr. Roberto Pedro Raposo e S. Exa. o Ministro da Justiça da República Democrática de Timor-Leste, Sr. Dr. Ivo Jorge Valente.





Estiveram ainda presentes o Exmo. Senhor Dr. Mário Mendão, em representação de S. Exa. o Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a Exma. Senhora Professora Doutora Susana Antas Videira, Secretária-Geral da Conferência, o Exmo. Senhor Dr. João Arsénio de Oliveira, Secretário-Geral Adjunto da Conferência e ainda a Exma. Senhora Dra. Margarida Veloso, Secretária-Geral da Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional dos Países de Língua Portuguesa (Rede Lusófona), que fizeram importantes comunicações à Conferência.

A sessão solene de abertura da XIV CMJPLOP foi presidida por S. Exa. o Primeiro-Ministro da República Democrática de Timor-Leste, Sr. Dr. Rui Maria de Araújo que, na sua alocução, após dar as boas vindas a todas as delegações e saudar, em especial, o pleno retorno da Guiné-Bissau à ordem constitucional, de que é testemunha a sua presença na XIV CMJPLOP, assinalou a grande responsabilidade de Timor-Leste na sua estreia na condução dos trabalhos de tão prestigiado organismo. Relembrou, de seguida, a natureza singular das relações existentes entre os países da Conferência, plasmada na partilha de uma história, de uma língua e de uma tradição jurídica comuns e fez um breve enquadramento dos principais desafios com que se depara o setor (sector) da justiça timorense. Prosseguiu, enfatizando a atualidade (actualidade) e a pertinência do tema central escolhido para a XIV CMJPLOP, "*A Propriedade da Terra como Fator (Factor) do Desenvolvimento*", considerando a problemática do acesso e a determinação da propriedade como uma questão fundamental para o pleno, equilibrado e duradouro desenvolvimento económico em cada um dos nossos países. Expressou ainda o seu desejo de que os Senhores Ministros da Justiça, reunidos em Díli, nesta XIV CMJPLOP, consigam alcançar resultados que efetivamente (efectivamente) venham a melhorar a vida dos cidadãos dos países de língua portuguesa e que, simultaneamente, fomentem a atividade (actividade) económica e possibilitem o desenvolvimento dos nossos Estados. Concluiu ainda ser a CMJPLOP uma plataforma de excelência para a promoção e desenvolvimento das relações entre





os nossos países, bem como para o estreitamento das suas relações bilaterais. Nesta conformidade, dirigiu uma palavra final de apreço e agradecimento à Presidente cessante, a Senhora Ministra da Justiça Portuguesa.

De seguida, foi declarada aberta a sessão de trabalhos, sob a égide da Presidência Portuguesa, conduzida pelo Senhor Secretário de Estado da Justiça Português, Sr. Dr. António Costa Moura, em representação da Presidente da CMJPLOP, a Senhora Ministra da Justiça da República Portuguesa que, numa calorosa nota de boas vindas a todas as delegações, saudou e agradeceu a Timor-Leste pela organização da CMJPLOP e pela forma única, irmã e acolhedora com que recebeu as delegações. Dirigiu, também, uma palavra especial de boas vindas à Guiné-Bissau, congratulando-a pelo seu retorno à CMJPLOP.

Feita a apresentação das delegações, seguiu-se a apreciação da agenda da XIV CMJPLOP, a qual foi aprovada por unanimidade.

Foi, então, dada a palavra à Senhora Secretária-Geral da CMJPLOP, que apresentou o relatório relativo ao período da Presidência portuguesa, decorrido entre maio (Maio) de 2013 e junho (Junho) de 2015, a qual, após uma análise sumária e recordativa das atividades (actividades) previstas no programa da Presidência Portuguesa, concluiu pelo respetivo (respetivo) grau de cumprimento, sob o ponto de vista da sua execução material e financeira. Nesta conformidade, foi dado destaque ao relançamento do Boletim da CMJPLOP, à realização do *workshop* sobre “Desafios do Combate ao Tráfico de Seres Humanos no Espaço da CPLP”, à realização da reunião intercalar dos correspondentes nacionais, à dinamização da execução dos Planos de Ação (Acção) das Declarações de Lisboa, à realização da 1ª reunião da Comissão de Trabalho dedicada à “Proteção (Protecção) Internacional das Crianças no Espaço da CPLP”, às ações (acções) de dinamização da “globalização” da CMJPLOP junto de



Costa Moura

[Signature]



relevantes organizações internacionais, de melhoria da imagem da Conferência e ao apoio à Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional. A Senhora Secretária-Geral informou ainda os Ministros da Justiça das diligências efetuadas (efectuadas) pela Presidência Portuguesa junto dos Estados, através dos respetivos (respectivos) correspondentes nacionais, tendentes a aprofundar a temática do relacionamento da CMJPLOP na CPLP, visando dar cumprimento à deliberação n.º 3 da Ata (Acta) Final da XIII CMJPLOP, que mandou “a presidência para iniciar um processo de consultas, com vista a concluir, até 2014, o alinhamento da Conferência com a CPLP(...)”. Sobre este ponto, e uma vez que foram suscitadas algumas dúvidas sobre o alcance da aproximação pretendida com a CPLP, a Presidência portuguesa e a futura Presidência de Timor-Leste decidiram submeter, novamente, a questão à consideração dos Senhores Ministros, em sede da XIV CMJPLOP. Não obstante, acautelou-se a comunicação das atividades (actividades) desenvolvidas durante a Presidência Portuguesa da CMJPLOP ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e ao Secretariado Executivo da CPLP, para efeitos de referência e inclusão na Declaração Final da X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, que teve lugar em Díli, no dia 23 de julho (Julho) de 2014. Neste sentido, concluiu que competirá à Presidência Timorense prosseguir este trabalho, uma vez que sejam definidas, ao nível político, no contexto da XIV CMJPLOP, as diretrizes (directrizes) de relacionamento com a CPLP. O relatório informa ainda sobre os aspetos (aspectos) da execução financeira dos últimos dois anos, dando ainda conta do saldo positivo atual (actual) disponível da CMJPLOP. Por fim, foi lançado oficialmente, *in loco*, o website da CMJPLOP, outro dos desígnios a que se havia proposto a Presidência Portuguesa e que visa promover o conhecimento da CMJPLOP junto dos seus países.

Houve ainda lugar à prestação de um esclarecimento por parte da Senhora Secretária-Geral sobre a regularização da situação da CMJPLOP junto da Autoridade Tributária Portuguesa, que obrigou ao pagamento de uma taxa, questão esta que, por ser





merecedora de maior clarificação, atenta a natureza da CMJPLOP enquanto organização internacional, motivou a impugnação junto daquela entidade.

O relatório foi seguidamente apreciado, tendo sido aprovado por unanimidade pelos Senhores Ministros, que felicitaram a equipa do Secretariado da Conferência pelo trabalho de excelência desenvolvido ao longo dos últimos dois anos.

Em seguida, realizou-se o ato (acto) da passagem da Presidência da CMJPLOP de Portugal para Timor-Leste, assinalada nas intervenções do Senhor Secretário de Estado da Justiça de Portugal, na qualidade de representante da Presidente cessante, e do Senhor Ministro da Justiça de Timor-Leste, na qualidade de novo Presidente, marcadas, respetivamente (respectivamente), ora por notas de alívio e satisfação pelo trabalho de excelência desenvolvido e pelo dinamismo imprimido à CMJPLOP, ora de honra e responsabilidade, notas comuns a quem aceita os desígnios de tão importante e exigente mandato.

Com a concordância de todas as delegações, e atendendo ao facto de estarem em discussão, ao longo do primeiro dia da sessão de trabalhos, matérias que foram objeto (objecto) do Programa da Presidência Portuguesa, a solicitação do novo Presidente, a sessão continuou num formato de Presidência partilhada entre Portugal e Timor-Leste.

Seguiu-se, na ordem de trabalhos, a análise das relações entre a CMJPLOP e a CPLP. Após breve enquadramento da questão feita pelo Presidente, foi dada a palavra ao representante do Secretariado Executivo da CPLP, que leu a mensagem dirigida pelo Senhor Secretário Executivo da CPLP à CMJPLOP, cujo teor esclarecedor permitiu clarificar a natureza orientadora da recomendação feita pelo Conselho de Ministros da CPLP, aprovada na Cidade da Praia, relativa ao processo de harmonização da





CMJPLOP como reunião ministerial da CPLP, tendo ainda referido o papel fundamental da Justiça nos desígnios presentes e futuros da CPLP.

Logo de seguida, o Presidente instou os Senhores Ministros da Justiça a que se pronunciassem sobre o tema e em especial sobre cada um dos seguintes pontos, os quais, se respondidos de modo positivo, sintetizam a posição de Timor-Leste:

1. Alteração da designação de “Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa” para “Conferência dos Ministros da Justiça da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, com efeitos na próxima Conferência;
2. Coincidência dos seus países participantes, com efeitos para a próxima Conferência;
3. Manutenção da atual (actual) personalidade jurídica, com subsequente autonomia administrativa;
4. Manutenção da atual (actual) autonomia financeira e de atuação (actuação), através da existência de fundos próprios, resultantes das quotizações e da existência de uma conta bancária;
5. Manutenção do alinhamento das Presidências da Conferência com a Presidência em exercício da CPLP;
6. Dar início aos trabalhos de consolidação e revisão do Regimento da Conferência e do seu Secretariado Permanente, tendo em vista a sua aprovação na próxima Conferência a realizar, confirmando-se que a próxima presidência da CPLP caberá à República Federativa do Brasil, no Brasil.

Nessa sequência, foi dada a palavra a cada uma das delegações que, de um modo geral, expressaram um voto de concordância com a integração da CMJPLOP, tida como um fator (factor) de aprofundamento da temática da justiça no espaço da CPLP,





contanto que se mantenham a sua personalidade jurídica, as suas autonomias administrativa, financeira e de atuação (actuação), através da existência de fundos próprios, resultantes das quotizações e da existência de uma conta bancária, bem como o seu Secretariado Permanente próprio. Os Senhores Ministros concordaram igualmente e com efeitos imediatos proceder ao alinhamento das presidências da CMJPLOP e da CPLP.

Nesta conformidade, os Senhores Ministros da Justiça deliberaram a aprovação de cada um dos seis pontos acima referidos. Não obstante, sobre o ponto 2 relativo à coincidência dos membros da CMJPLOP com os membros da CPLP, tendo por base uma reserva de fundo apresentada por Portugal, no respeito pelo espírito do regimento e em sintonia com o papel que a CMJPLOP tem desempenhado na promoção e respeito pelos direitos humanos, os Senhores Ministros mandataram ainda a Presidência Timorense para que desenvolva os esforços necessários a garantir que a participação futura de pleno direito de qualquer país na CMJPLOP obedeça ao respeito integral dos direitos fundamentais, nomeadamente, na sua veste mais cara de direitos, liberdades e garantias, especialmente o direito à vida, que corporizam, afinal, a matriz jurídica de base comungada pelos seus países.

Seguiu-se, na ordem de trabalhos, a consideração da constituição do Conselho dos Directores (Directores) dos Serviços Prisionais/Penitenciários, no âmbito da CMJPLOP, proposto pela Presidência Timorense, o qual contaria com a participação do Ministério do Interior da República de Angola, uma vez que, neste Estado, é a este ministério que compete a administração dos serviços prisionais. Sobre o tema, foi feita uma breve apresentação pelo Senhor Director (Director) Nacional dos Serviços Prisionais e de Reinserção Social do Ministério da Justiça de Timor-Leste, Dr. Hélder





Cosme Marçal Belo, no âmbito da qual relembrou as deliberações consonantes expressas na Declaração de Luanda e de Maputo, da Reunião dos Ministros do Interior, de novembro (Novembro) de 2011 e de março (Março) de 2013, respetivamente (respetivamente). Por fim, condicionalmente à aprovação da sua criação, o Ministério da Justiça de Timor-Leste propôs-se realizar, até ao final do primeiro semestre de 2016, a 1ª reunião do Conselho dos Diretores (Directores) dos Serviços Prisionais/Penitenciários da CMJPLOP.

Ouvidas todas as delegações e, em especial, Angola, foi aprovada a constituição do Conselho dos Diretores (Directores) dos Serviços Prisionais/Penitenciários da CMJPLOP, por unanimidade, como fórum da CMJPLOP, tendo-se decidido que a 1ª reunião seria promovida por Timor-Leste, devendo ocorrer até ao final do primeiro semestre de 2016.

Passou-se, de seguida, à apreciação dos resultados das Comissões de Trabalho criadas na XII e na XIII CMJPLOP, tendo sido ouvidos os correspondentes nacionais do Brasil e de Moçambique, em substituição dos relatores das Comissões de Trabalho sobre Corrupção de Agentes Públicos nas Transações (Transacções) Comerciais Internacionais e sobre Transferência de Pessoas Condenadas nos Estados da CPLP, respetivamente (respetivamente), e ainda as relatoras das Comissões de Trabalho sobre Tráfico de Seres Humanos e sobre a Proteção (Protecção) Internacional das Crianças no Espaço da CPLP.

Os Senhores Ministros da Justiça demonstraram apreço pelo trabalho desenvolvido, reiterando a importância das temáticas abordadas, e aprovaram, por unanimidade, a Declaração de Díli sobre Proteção (Protecção) Internacional das Crianças no Espaço da CPLP e do respetivo (respetivo) Plano de Ação (Acção), bem como os restantes relatórios.



Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Artur' and several illegible signatures.



De seguida, deu-se por encerrada a sessão do primeiro dia de trabalhos, a qual foi retomada no dia seguinte, com o debate do tema principal da XIV CMJPLOP “*A Propriedade da Terra como Fator (Factor) do Desenvolvimento*”.

O Presidente apresentou o tema, justificando a razão da sua escolha e a situação atual (actual) existente em Timor-Leste. Por fim, propôs a constituição de uma Comissão de Trabalho incumbida de proceder à análise da situação atual (actual) em cada um dos países, com vista à elaboração de um plano de ação (acção). Seguiu-se uma apresentação do Sistema Nacional de Cadastro, pelo Diretor (Director) Nacional das Terras e Propriedades do Ministério da Justiça de Timor-Leste, Sr. Eng. Romão Guterres, que complementou as informações sobre o ponto de situação do cadastro da propriedade da terra em Timor-Leste e dos esforços que estão a ser desenvolvidos para se ultrapassar a indefinição jurídica atual (actual).

Intervieram, depois, os Senhores Ministros, tendo todos reafirmado a pertinência e a atualidade (actualidade) do tema, explanando o enquadramento da propriedade da terra existente em cada um dos respetivos (respectivos) países, os desafios presentes e os principais problemas que o tema apresenta na ótica (óptica) do desenvolvimento. A valia do contributo que a CMJPLOP pode vir a ter no desenvolvimento desta temática foi também assinalada por todos os Senhores Ministros, em especial, os frutos que poderão advir da aprendizagem propiciada pela desejada partilha de experiências.

Terminado o debate do tema central, seguiu-se a apresentação do relatório da Senhora Secretária-Geral da Rede Lusófona, no âmbito do qual, aludiu aos problemas de funcionamento e à falta de meios que inviabilizaram a concretização da maioria das funções próprias da Rede, tendo destacado a reunião ocorrida em Luanda como um passo significativo para melhorar o seu funcionamento, uma vez que permitiu fazer o diagnóstico dos principais problemas e dos desafios existentes. Depois de sublinhar o



XIV

22 E 23 DE JUNHO 2015 | DÍLI TIMOR-LESTE



importante apoio de S. Exa. o Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos da República de Angola, apresentou diversas sugestões para a melhoria do funcionamento da Rede, destacando a necessidade de proceder à alteração do instrumento que ditou a sua criação por terem sido detetados (detectados) alguns lapsos, nomeadamente a ausência de regras para a designação do Secretário-Geral da Rede, a indefinição da periodicidade das reuniões dos pontos focais da Rede e ausência de regras de cabimentação orçamental, face à ausência de autonomia financeira da Rede. Deixou, por fim, um apelo aos Estados para que ratifiquem algumas convenções da Haia, nomeadamente em matéria de citações e notificações, alimentos e obtenção de prova, no âmbito da proteção (protecção) de crianças e adoção (adopção) internacional, entre outras.

Antes da apreciação dos Senhores Ministros, houve ainda lugar a uma explanação do Presidente mais detalhada sobre a proposta constante do Documento n.º 6, relativo às regras sobre a designação para o cargo de Secretário-Geral da Rede, omissas no Instrumento que criou a Rede. Assim, a designação do Secretário-Geral da Rede deverá obedecer a um conjunto de requisitos específicos que visam garantir a idoneidade, a experiência e a competência necessárias ao desempenho de tão importante cargo, devendo efectuar-se de acordo com um critério de rotatividade por ordem alfabética do nome de cada um dos Estados membros, com início pela República de Angola.

Seguiu-se a apreciação pelos Senhores Ministros que agradeceram de forma calorosa o incansável contributo e a persistência da Sra. Secretária da Rede na condução do cargo que agora termina, decorridos dois mandatos, tomando boa nota das dificuldades retratadas e do muito que há para fazer com vista a melhorar o funcionamento da Rede, já que por todos foi enfatizada a sua importância no domínio



GOVERNO DE
TIMOR-LESTE
Ministério da Justiça

[Handwritten signatures in blue ink]



da cooperação jurídica e judiciária entre os Estados membros. Neste conspeto (conspecto), cumpre destacar as preocupações expressas relativamente à necessidade de dinamizar o funcionamento da Rede e às dificuldades sentidas quanto à proposta da autonomização financeira da Rede, bem como a possível continuidade da Sra. Dra. Margarida Veloso no desempenho do cargo de Secretária-Geral da Rede.

O relatório da Secretária-Geral da Rede, foi, então, aprovado por unanimidade, como também o foram as regras procedimentais propostas para designar o próximo Secretário-Geral da Rede, tendo-se alterado apenas o requisito relativo à experiência exigida de 2 anos na área da cooperação jurídica e judiciária internacional, para que passe a ser preferencial, registando-se ainda a confirmação da disponibilidade da República de Angola para assumir este importante cargo.

Chegada a reta (recta) final da XIV CMJPLOP, o Presidente prosseguiu os trabalhos, com a apresentação das principais linhas de atuação (actuação) que Timor-Leste se propõe desenvolver no decurso da sua Presidência, designadamente:

- 1) Aproximar a Conferência da realidade diária dos países da CMJPLOP, no domínio da Justiça;
- 2) Explorar as dinâmicas que o novo sítio da Conferência encerra, enquanto mecanismo privilegiado de acesso e partilha de informação, bem como dinamizar o novo sítio da Conferência, sonhando com a possibilidade de o manter enquanto uma estrutura com funcionamento permanente e profissional;
- 3) Promover uma ampla reflexão sobre as necessidades de reforma dos sistemas de Justiça e da sua adequação aos novos contextos e necessidades específicas; a promoção e debate deste tema, utilizando o levantamento prévio de temáticas específicas a abordar, aproveitando as estruturas orgânicas da





- Conferência, deve culminar na realização, não obrigatoriamente em Timor Leste de uma conferência internacional dedicada a esta problemática;
- 4) Dar continuidade à publicação do Boletim semestral, recolhendo os contributos de todos e disponibilizando-o em linha em formato digital;
 - 5) Constituir uma Comissão de Trabalho com o objetivo de proceder ao levantamento da situação atual (actual) sobre a propriedade da terra como fator (factor) do desenvolvimento no espaço da CPLP, tendo em vista a elaboração de um futuro Plano de Ação (Acção);
 - 6) Assegurar o acompanhamento dos restantes temas das anteriores comissões de trabalho, garantindo a realização de encontros de discussão temáticos e de acompanhamento, para posterior apresentação na próxima Conferência;
 - 7) Organizar, durante a sua Presidência, pelo menos uma reunião de correspondentes nacionais com o intuito de fazer uma avaliação intercalar dos trabalhos desenvolvidos pela Conferência;
 - 8) Aprofundar o reconhecimento internacional da CMJPLOP, estreitando relações com Organizações Internacionais cuja área de atuação (actuação) coincida com os propósitos da Conferência, permitindo, deste modo, alcançar sinergias proveitosas para os nossos Estados, nomeadamente, fazendo-se representar em reuniões internacionais, como as suas congéneres dos países ibero-americanos e da ASEAN;
 - 9) Manter o importante trabalho que foi realizado no âmbito da estabilização da imagem da Conferência, tornando-a reconhecível;
 - 10) No seguimento da Declaração de Díli sobre proteção (protecção) internacional das crianças no espaço da CPLP, acompanhar a execução do respetivo (respectivo) Plano de Ação (acção);



[Handwritten signatures and initials in blue ink]



- 11) Iniciar os contactos (contactos) necessários à finalização dos manuais respeitantes às restantes Convenções, trabalho fundamental na vontade de aproximar os nossos países;
- 12) Garantir a dinamização da Rede Lusófona – mecanismo a que se atribui a maior utilidade, nomeadamente no que respeita à agilização de cartas rogatórias – preconizando-se a aproximação da Rede Lusófona a outras redes congéneres, tudo fazendo para, progressivamente, dotar esta entidade de uma estrutura profissionalizada.

De seguida, o Senhor Ministro da Justiça de Timor-Leste, na qualidade de Presidente, apresentou o novo Secretário-Geral da Conferência, na pessoa do Sr. Dr. Nelinho Vital, atualmente (actualmente) a desempenhar funções como Diretor (Director) Nacional da Assessoria Jurídica e da Legislação do Ministério da Justiça de Timor-Leste, que agradeceu ao Presidente o voto de confiança para desempenhar o cargo.

Os Senhores Ministros felicitaram a Presidência timorense pelo seu plano de trabalho, deixando votos de sucesso para os próximos dois anos que serão de elevada exigência.

Os Senhores Ministros da Justiça agradeceram à Presidência pela hospitalidade e acolhimento fraterno com que foram recebidos, congratulando, uma vez mais, a Presidência timorense pela exímia organização e arte de receber.

Em sede da apreciação da ata (acta) final, os Senhores Chefes das delegações de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique solicitaram à Presidência que fosse respeitado, em sede da elaboração dos documentos finais da Conferência, o facto de ainda não terem concluído o seu processo de adesão ao Acordo Ortográfico. Após breve





discussão da questão, foi decidido pelos Senhores Ministros que se aplicariam ambos os critérios em simultâneo.

Após apreciação e aprovação da ata (acta) final da XIV CMJPLOP e dos restantes documentos dela emanados, a sessão de trabalhos foi encerrada, tendo a XIV Conferência deliberado, em suma:

- 1) Mandatar a Presidência para proceder às ações (acções) necessárias junto do Secretariado Executivo da CPLP, para concretizar o alinhamento da CMJPLOP com a CPLP, nos termos acordados supra referidos;
- 2) Aprovar a Declaração de Díli sobre a Protecção (Protecção) Internacional das Crianças no Espaço da CPLP e respetivo (respectivo) Plano de Ação (Acção);
- 3) Criar uma Comissão de Trabalho com o objetivo (objectivo) de proceder ao levantamento da situação atual (actual) sobre a "Propriedade da Terra como Fator (Factor) do Desenvolvimento" no espaço da CPLP, tendo em vista a elaboração de um futuro Plano de Ação (Acção);
- 4) Apoiar a Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional, devendo o Secretariado da Conferência estudar a questão da autonomização financeira da Rede e da sua dinamização e mandar Angola para que proceda à designação do seu próximo Secretário-Geral;
- 5) Apelar aos Estados participantes que cumpram as suas obrigações de pagamento das quotas necessárias, de que depende o bom funcionamento da Conferência;
- 6) Apelar aos Estados participantes que ainda não o fizeram a iniciar os processos de vinculação das Convenções da Haia relacionadas com a protecção (protecção) das crianças.





Os Senhores Ministros congratularam-se com o regresso da Guiné-Bissau à normalidade constitucional e ao convívio da Comunidade.

Houve lugar, por fim, à sessão solene de encerramento com a alocação de S. Exa., o Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos da Administração do Estado e da Justiça, Professor Doutor Dionísio Babo Soares, a que se seguiu a cerimónia de assinaturas da ata (acta) final e da Declaração de Dili.

Dili, aos 23 de junho (Junho) de 2015, feito em oito originais, em língua portuguesa e todos fazendo igualmente fé.

O Secretário de Estado para os Direitos Humanos da República de Angola,

Dr. António Bento Bembe

Em representação do Ministro da Justiça da República Federativa do Brasil,

Dr. Isalino Antonio Giacomet Júnior





O Ministro da Justiça da República de Cabo Verde,

Dr. José Carlos Lopes Correia

Em representação da Ministra da Justiça da República da Guiné-Bissau,

Dr. Mussá Baldé

O Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos da República de Moçambique,

Dr. Abdurremane Lino de Almeida

Em representação da Ministra da Justiça da República Portuguesa,

Dr. António Costa Moura





22 E 23 DE JUNHO 2016 | DÍLI TIMOR-LESTE

O Ministro da Justiça e Direitos Humanos da República de São Tomé e Príncipe,

Dr. Roberto Pedro Raposo

O Ministro da Justiça da República Democrática de Timor-Leste,

Dr. Ivo Valente



GOVERNO DE
TIMOR-LESTE
Ministério da Justiça